



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 70/2000

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE INCENTIVOS A PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, no uso de suas atribuições legais, faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade criar incentivos para construção de novas unidades habitacionais, objetivando a redução dos custos de construção de imóveis residenciais e o oferecimento de vantagens que possam contribuir para a aquisição pelos beneficiários do Programa de Arrendamento Residencial - PAR e de Carta de Crédito da Caixa Econômica Federal ou outros que venham a ser aprovados, quando decorrentes de ações coordenadas com a participação da Secretaria Municipal de Habitação.

Art. 2º Para se habilitar aos benefícios desta Lei, as empresas construtoras deverão protocolar requerimento na Secretaria Municipal de Habitação. Caberá também, à Secretaria Municipal de Habitação, o cadastramento de todos os candidatos aos programas habitacionais.

Parágrafo Único - Quando da formalização do requerimento, as empresas construtoras comprometer-se-ão a utilizar nas obras, 80% (oitenta por cento) de mão-de-obra local, cujos operários deverão estar devidamente cadastrados no Banco de Mão-de-Obra da Secretaria Municipal de Articulação Comunitária.

Art. 3º As vantagens fiscais previstas nesta Lei perdurarão enquanto os imóveis estiverem incluídos nos programas, convênios ou planos habitacionais respectivos.

Art. 4º Por força desta Lei, passa o Município de Jaboatão dos Guararapes a conceder aos incluídos nos artigos 1º e 2º os seguintes incentivos:

I - Isenção de IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) sobre o imóvel;

II - Isenção do Imposto sobre Transmissão de Propriedade Inter Vivos de Bens Imóveis e Direitos a eles relativos - ITBI referente à aquisição pelo arrendatário do imóvel objeto da transação;

III - Isenção do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISS incidente sobre o arrendamento.

§ 1º A isenção do IPTU será concedida de ofício, à vista de listagens remetidas pela Caixa Econômica Federal comprovando a contratação do arrendamento com os interessados que atenderem as seguintes exigências:

I - Comprovação de que não é proprietário ou promitente comprador de outro imóvel residencial;

II - Comprovante de renda (familiar) mensal de até 06(seis) salários mínimos;

AD

III - Valor venal do imóvel objeto do arrendamento de até 21.000 (vinte e uma mil) UFIRs ;

IV - Declaração de que não será desviada a finalidade exclusivamente residencial do imóvel.

§ 2º A isenção do ITBI será concedida a requerimento do interessado, dirigido ao Secretário de Finanças, com a comprovação do exercício da opção de compra do imóvel arrendado.

§ 3º A isenção do ISS sobre o arrendamento será concedida ao proprietário do imóvel, a requerimento do mesmo, dirigido ao Secretário de Finanças.

Art. 5º Ficam fazendo parte, ainda, dos incentivos para construção de unidades habitacionais const. do Art. 1º desta Lei, as seguintes vantagens:

I - isenção do valor devido a Emolumentos e as Taxas incidentes sobre a aprovação do projeto, licença de construção e expedição do Habite-se, relativas à construção dos imóveis;

II - indicação, pela Secretaria Municipal de Habitação, de terrenos de terceiros que possam ser utilizados nos programas;

§ 1º Em se tratando de construção de Conjuntos Habitacionais, cujas unidades se destinem a servidores públicos do Município do Jaboatão dos Guararapes, da Administração Direta ou Indireta, ou a habitantes do Município do Jaboatão com renda familiar até 06(seis) salários mínimos, em terrenos pertencentes ao Município, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder aos mesmos o título de direito real de uso sobre os terrenos.

§ 2º Nos casos não incluídos no parágrafo anterior, fica também, por força desta Lei, o Poder Executivo autorizado a fazer a alienação aos grupos interessados na construção de imóveis habitacionais para atender à população com renda familiar de até 12(doze) salários mínimos, devendo o produto dessa alienação ser depositado no Fundo de Habitação e Desenvolvimento Urbano, para aplicação exclusiva em programas habitacionais voltado para a população com renda familiar de até 06(seis) salários mínimos.

Art. 6º Caso ocorram alterações de critérios ou mesmo substituição ou alteração nos impostos e taxas mencionados nesta Lei, os benefícios previstos deverão permanecer, obedecendo aos novos critérios que essas eventuais alterações possam estabelecer.

Art. 7º Em se tratando de imóveis adquiridos pelos servidores públicos municipais, da Administração Direta e Indireta, ativo ou inativo, com renda familiar superior a 06 (seis) salários mínimos, aplique-se o disposto no parágrafo primeiro do artigo 77 da Lei Orgânica do Município do Jaboatão dos Guararapes.

Art. 8º Para os efeitos desta lei, considera-se como valor venal, o constante do contrato celebrado com Caixa Econômica Federal, vinculado aos Programas referidos no art 1º.

Art. 9º Independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial, cessarão os benefícios fiscais, concedidos pela presente Lei, se ficar comprovado:

I - o desvio de finalidade exclusivamente residencial do imóvel;

II - a falsidade de qualquer documentação exigida à realização da negociação;

III - inadimplência de três parcelas do financiamento.

Parágrafo Único - Os casos de perda de benefícios e incentivos fiscais, serão apurados através de

processos administrativos próprios.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Jaboatão dos Guararapes, 23 de Maio de 2000.

FERNANDO ANTÔNIO RODOVALHO

Prefeito

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial do Município.



Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 10/04/2013